

# **Divina imagem: a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, Goiás no documentário do Iphan<sup>1</sup>**

Ronypeterson Morais Miranda<sup>2</sup>

Ademir Luiz da Silva<sup>3</sup>

**Resumo** O presente artigo visa analisar o documentário feito sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, Estado de Goiás, durante o processo de registro da mesma como Patrimônio Imaterial Cultural pelo Iphan. É abarcada, respectivamente, neste trabalho uma breve abordagem histórica sobre a Festa, a Cidade e como ambas se apresentam na atualidade. É salutar informar que, o presente artigo é um recorte de uma pesquisa maior desenvolvida para dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Estadual de Goiás, intitulada: “Mas e se essa Festa se acabar? Ai meu Deus o que será de mim?”: as tradições da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – GO em registros documentários”.

**Palavras-chave:** Festa do Divino; Pirenópolis; Documentários.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é contemplado com apoio financeiro da Universidade Estadual de Goiás, por meio do Programa Auxílio Eventos (Pró-Eventos) regido pelo Edital das Resoluções CsU nº 10/2014 e nº 23/2014.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades: Território e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER, da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Bolsista UEG. A pesquisa contempla as produções científicas do Projeto de Pesquisa de Artes Saberes nas Manifestações Católicas Populares, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – Fapeg, 05/2015. Integra, ainda, as pesquisas para o segundo capítulo intitulado: “A espetacularização do tradicional: Cavalhadas e Festa do Divino na Televisão”, capítulo este da dissertação ainda em desenvolvimento no citado Programa de Pós-Graduação.

<sup>3</sup> Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades: Território e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER, da Universidade Estadual de Goiás – UEG.

## Considerações Primeiras

Pensar as manifestações culturais festivas enquanto fato social é, de certo modo, reduzir sua totalidade a algo corriqueiro que é praticado automaticamente, sem profundidades outras. Assim, entende-se as festas enquanto significativa parte da identidade cultural de um povo, esta externalizada na experiência do *Sagrado* e do *Profano* numa efervescência que se faz única realidade durante o momento de celebração, mostrando de forma desveladas, as relações e dinâmicas sociais de uma dada comunidade.

Dito isto, o presente artigo busca, a partir da análise audiovisual, lançar interpretações outras acerca da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, Estado de Goiás, festejo este que se atrela a identidade cultural pirenopolina e, trilhando o discurso da tradição faz-se acontecer anualmente no citado município, movimentando a comunidade em torno da Festa<sup>4</sup>, percorrendo os espaços urbano e rural desta cidade.

Destarte, usar-se-á enquanto fonte basilar para o presente artigo o documentário produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, material este fruto do processo de registro da Festa enquanto Patrimônio Imaterial Cultural Brasileiro, título este atribuído à Celebração em 2010. Faz-se *mister* salientar que, para melhor compreensão do texto, abordar-se-á, de forma concisa, tanto o histórico da Festa quanto o da cidade, contextualizando assim, de forma espacial e temporal.

## 1 Divina História

### 1.1 O Cavaleiro

Considerando que a Festa do Divino acontece na Contemporaneidade e que a mesma passou por processos de (re)significação ao longo dos anos até atingir a configuração que se encontra, torna-se salutar abordar a sua

---

<sup>4</sup> Nota-se que ao escrever a palavra festa com “F” maiúsculo, referimos às celebrações existentes dentro do cronograma festivo da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, no Estado de Goiás, estas entendidas como sujeito principal das manifestações culturais pirenopolina. As demais festividades, estas escritas com “f” minúsculo se refere às festividades alheias às da Festa do Divino.

historicidade e, para isso, regressa-se séculos, discorrendo, primeiramente, acerca da figura de Carlos Magno e a importância das Cruzadas para o desenvolvimento das cavalhadas, prática essa que está inserida nas Celebrações em louvor ao Divino em Pirenópolis; após perpassar de forma concisa o enredo das cavalhadas, exara-se acerca do Culto ao Espírito Santo na corte dos *miseráveis*, durante o reinado de D. Dinis e de sua esposa e rainha, Isabel de Aragão.

Dito isto, percebe-se que a origem dessa Festa é longínqua, ainda na Europa Medieval. O contexto das Cavalhadas enquanto representação das Cruzadas e da bravura dos antigos cavaleiros durante as Batalhas da Reconquista surgem a partir de Carlos Magno (747 - 814) que, segundo Schipanski era,

filho de Pepino O Breve, tornou-se Rei dos Francos (771 -814) após a morte de seu pai em 768. Durante seu reinado empenhou-se em dilatar as fronteiras de seu reino, adquirindo novas para doação em benefício à aristocracia, objetivando o fortalecimento dos laços de dependência pessoal. Graças as suas vitórias contra as populações infieis, aproximou o Estado com a Igreja, sendo coroado, no dia 25 de dezembro de 800, pelo Papa Leão III, o Imperador do Novo Império Romano do Ocidente, como reconhecimento pelo ato de fé (SCHIPANSKI, 2009, p. 83).

Acerca do caráter maravilhoso em torno da figura do Imperador Carolíngio, Borges (2011) salienta sobre A Canção de Rolando, esta uma cantiga de gesta popular que difundia a ideia de herói na Idade Média. Segundo a autora, as canções de gesta ser-se-iam um poema épico, típico que versava as invasões sarracenas durante a Alta Idade Média, utilizando em suas composições dados históricos que se aproximavam da realidade cristã da época. “Estas canções relatam sempre o confronto militar entre cristãos e pagãos, com a descrição dos equipamentos e detalhes dos golpes de lanças e de espadas, batalhas brutais e sangrentas” (2011, p. 11).

Borges (2011) ainda corrobora apontando não apenas o Imperador Carolíngio como herói das canções de gesta, pois, n’A Canção de Rolando, a evidencia-se, igualmente, os feitos do próprio Rolando, que doravante tradição oral fez-se perpetuar a imagem do herói no imaginário popular do

povo medieval. Assim, a figura heroica ser-se-ia a representação do ideal de homem comum com qualidades supremas, sendo ele portador de virtudes que enaltecer-se-iam o espírito humano. Acerca das contribuições das canções de gesta, conclui-se que as mesmas serviram de inspiração para, então, construir um arquétipo que viria a ser a representação das Cruzadas, representação esta vista e entendida como cavalhadas.

Schipanski ainda exara que,

a inspiração lendária das cavalhadas portuguesas e também para as que foram transplantadas pelos colonizadores das terras do Novo Mundo, se dá pela literatura onde registram-se as sucessivas vitórias nas batalhas travadas desde o fim do século VIII pelo Rei dos Francos, Carlos Magno que, conduzindo seu exército ao lado dos 12 cavaleiros, os Doze Pares de França, conseguiu conter o avanço dos sarracenos sobre o leste europeu e estabeleceu a Marca da Espanha (2009, p. 83).

No Brasil, estudiosos e folcloristas como Carlos Rodrigues Brandão (1974) e Theo Brandão (1962) afirmam que as cavalhadas enquanto evento equestre se fez presente desde o século XVII, quando segundo relatos foram vistas pela primeira vez na Bahia em 1564 (BRANDÃO, CARLOS, 1974, p. 13).

## 1.2 O Divino

Segundo Brandão (1978), o Culto ao Espírito Santo remonta à Idade Média, sendo que atribui-se a origem lusa do culto ao monge circense Joaquim de Fiori (1135 - 1203), que pregava o tempo novo do Espírito Santo, tempo este que traria amor, paz, esperança e caridade. A este monge, ainda se atribui a fundação da ordem franciscana. Entretanto, essa prática religiosa não foi bem aceita pela igreja oficial, que era ao mesmo tempo, acumuladora de bens e fechada. Desta forma, muitos adeptos do culto ao Divino Espírito Santo nesse período tiveram como punição pelas *heresias* acometidas por eles a morte na fogueira (BRANDÃO, 1978).

Foi preciso quase um século para que o culto ao Espírito Santo deixasse de ser prática criminosa com punição de morte na fogueira. E tal prática só foi aceita quando uma monarca aderiu ao culto. Essa monarca a

desempenhar importante papel na difusão da celebração ao Divino foi a rainha santa Isabel de Aragão (1271 - 1336). Em torno dessa rainha existiu todo um arquétipo de imaginário popular, mistificando-a desde criança, quando a lenda sobre seu nascimento empelicado<sup>5</sup> já circundava todos os reinos vizinhos. “Era corrente nestes tempos crer que os nascituros envolvidos de uma pele tinham um dever, imposto pelo destino, de salvaguardar a prosperidade e a abundância” (SANTOS, 2000, p. 93).

Assim, de forma concisa, evidencia-se que o Culto ao Espírito Santo não tratava-se de uma prática exclusiva lusitana. Entretanto, faz-se *mister* postular que a origem dessa celebração em terras portuguesas dá-se por intermédio da rainha D. Isabel de Aragão. Logo, estudiosos como Lima (1985), Lopes (1957) e Cascudo (1972) apontam que a instituição do culto ao Espírito Santo firmou-se em solo lusitano em 1296. Segundo Barbosa (2002), a rainha santa ainda teria edificado um templo ao Espírito Santo em Alenquer, Portugal no ano de 1325.

Como afirma o imaginário popular, D. Isabel teria feito uma promessa ao Espírito Santo; promessa esta a pedido de paz devido as guerras que assombravam o reino de Portugal; guerras estas entre D. Dinis e seus herdeiros. Assim, após o período de pacificação, a rainha constrói uma igreja à essa entidade sagrada. Com a institucionalização do culto, perpetua-se a tradição que se resumia à evangelização e coleta de esmolas para doar aos pobres. Assim, nota-se a constante presença da manifestação do *sagrado* na corte portuguesa através da figura da rainha, que em 1556 é eleita protetora da nação lusitana e, em 1625 é canonizada (SANTOS, 2000).

É importante salientar que, as práticas religiosas portuguesas assumem, ainda na Idade Média, o formato de festa da cultura popular, definida por Bakhtin (2013) como as festas efervescentes como o carnaval. Apesar do culto do Divino ser uma celebração religiosa e formal existir-se-ia na mesma um aspecto cômico popular e público; este consagrado pela tradição, como por exemplo “as ‘festas do templo’, habitualmente acompanhadas de feiras com seu rico cortejo de festejos públicos (durante

---

<sup>5</sup> Os bebês nascidos com a marca do empelicado, em verdade, tratavam-se partos cuja bolsa com o líquido amniótico não se arrebentara. Crianças com esse tipo de nascimento eram vistas como seres predestinados a grandes fatos. Biologicamente, esse tipo de acontecimento é muito raro.

os quais se exibiam gigantes, anões, monstros, e animais ‘sábios’)” (*Idem*, 2013, p. 4).

Acerca da morfologia dos festejos populares medievais, percebe-se uma estrutura que, ora contempla as práticas *Sagradas*, ora contempla as *Profanidades*, em um sincretismo que, em algumas celebrações tornam-se difícil de dissociar-se o que é religioso e o que é profano, como propões Mircea Eliade (1992). Logo, na Festa do Divino, *exemple gratia*, o ritual de se escolher um festeiro/imperador, organização de cortejos e feiras expositivas são práticas com raízes medievais.

## 2 Festas para um *Mundo Novo*

No Brasil, as celebrações do Divino e as cavalhadas surgem ainda no contexto da colonização, na Era Moderna, momento de grandes rupturas nas formas de pensar e desenvolver ciência, cultura e religião no *Velho Mundo*. Ao que tange acerca da cultura, Peter Bruke (2010) pontua que, ainda no século XVI, tanto a elite e o povo participavam de um mesmo arquétipo cultural, comunhão que tornava-se explícita em ocasiões festivas. Assim, na Modernidade, o autor exara acerca do que seria a cultura popular europeia, cultura essas que, em período colonialista chega a solo brasileiro e é amplamente difundido. Desta forma, mesmo que inconscientemente, os colonos lusitanos que aportaram no Brasil, trouxeram parte dessa cultura popular.

Mary del Priore ao descrever acerca das festividades ainda no Brasil Colônia afirma que, as mesmas nasceram das formas de cultos externos, geralmente associados à uma dada divindade protetora das plantações. Entretanto, tais festas ocorriam em predeterminados locais e temporalidades, fazendo com que a interferência do catolicismo instituísse formalmente o cronograma festivo, esses tidos como dias de festa que, em “seu conjunto o ano eclesiástico” (PRIORE, 1994, p. 13). Desta forma, andavam lado a lado a figura do rei e a igreja que,

numa aliança colonizadora, estendiam o seu manto protetor e repressor sobre as comunidades, manto este que apenas por ocasião de festividades

coloria-se com exuberância. Sob a batuta do Estado Moderno, essas festividades passam a ser a expressão de uma cultura dirigida, conservadora e, no caso do Brasil Colônia, urbana (*Idem*, 1994, p. 13).

Desta forma, o Culto ao Divino Espírito Santo foi amplamente difundido em todo o território brasileiro, sendo que, em levantamento recente feito por Geraldes (2015), verifica-se tal festejo em 21 Estados brasileiros, configurando um total de 228 municípios. Apesar da ampla difusão, é salutar expor que cada festa possui suas peculiaridades e, que a partir de cada unidade nelas existentes, elas fazem-se únicas em seu todo.

Acerca das cavalhadas em território nacional, citar-se-á Theo Brandão que afirma que tal expressão cultural existiu no Brasil desde o século XVII, quando segundo relatos informava que as cavalhadas foram vistas pela primeira vez na Bahia em 1564 (BRANDÃO, 1962). Carlos Rodrigues Brandão (1974) ainda corrobora ao relatar que a difusão dessa teatralidade ocorreu quase que todo o território brasileiro, alastrando-se de forma mais representativa durante o século XVIII; ouvindo acerca de suas primeiras aparições ainda no período colonial. Niomar Pereira (1983) salienta também acerca das cavalhadas em Pernambuco, quando relatos do padre Fernão Cardim esboçavam acerca de jogos de canas, patos, argolinhas e corridas de touros em 1584. “Na forma de jogo de argolinhas, portanto, entraram as cavalhadas em nosso país” (*Idem*, 1983, p. 15).

No Estado de Goiás torna-se fato comum encenar as cavalhadas em detrimento da festa do Divino, sendo que tais festejos podem ser encontrados nas cidades de Goiás, Pirenópolis, Santa Cruz, Jaraguá, Jataí e outras. Entretanto, apenas a Festa de Pirenópolis recebeu o título de Patrimônio Imaterial Cultural Brasileiro.

### **3 “Pirenópolis tem, tem, Festa do Divino tem...”**

Dentre os municípios goianos que surgiram em função da busca pelo ouro da aluvião, Pirenópolis configurou-se “ao longo dos córregos e ribeirões, nos fundos dos vales ou nas encostas dos morros” (GOMES & TEIXEIRA NETO, 1993, p. 67). Desta forma, aos sete dias do mês de outubro

de 1727, Urbano do Couto Menezes teria descoberto a região que, após Manoel Rodrigues Tomar registrar é batizada de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte. O então pequeno aglomerado mineratório é, em 1732, elevado à categoria de distrito e, em 1736, Arraial sede de Freguesia e Julgado.

Segundo Palacin (1994), Meia Ponte possuía melhor clima e localização geográfica, além de ser perpassada por confluências dos grandes caminhos que ligavam a cidade à São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Bahia. Entretanto a atividade aurífera entra em decadência, forçando Meia Ponte a firmar sua economia na agropecuária, no comércio, e já no século XX, na extração de quartzito (FALEIRO E LOPES, 2010) e no turismo (BATISTA, 2002).

Com o processo de migração do contingente urbano para a zona rural ainda no século XIX, Pirenópolis, na visão do naturalista francês Auguste de Saint-Hilare assume um caráter de cidade fantasma, pois “a maioria dos habitantes de Meia-Ponte se dedica à agricultura, e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 37). Faz-se *mister* corroborar que, a cidade movimentava-se também em períodos festivos, nascendo nesse contexto a celebração do Divino Espírito Santo.

Apesar de grande parte dos pesquisadores da Festa em Pirenópolis colocarem o seu surgimento durante o século XIX, acredita-se que essa prática religiosa de cunho popular tenha-se instaurando no município ainda durante a sua colonização em 1727. Todavia, vestígios oficiais desse Festejo datam de 1819, quando

aquela festa cristã que foi introduzida, na segunda metade do século XVIII, a serem precedentes informações que nos foram prestadas por pessoas cuja existência datada dos primórdios do século XIX [...] a despeito de perseverantes e cuidadosas indagações, notícias exatas, anteriores ao ano de 1819, dessa festa popular, para, para qual ocorrem prosélitos de todos os pontos do município e das povoações vizinhas. (JAYME, 1971, p. 610)

Acerca das Cavalhadas, a mesma foi introduzida nas celebrações em louvor do Divino pela primeira vez em 1826, na Festa do Imperador Padre Manoel Amâncio da Luz. Entretanto, ela não era encenada com regularidade;



apenas na década de 1970 que tal teatro equestre passou a ser encenado anualmente por ocasião da Festa do Divino.

Entretanto, é salutar expor que as Cavalhadas não é a única peça a ser encenada no município de Pirenópolis em ocorrência das Cerimônias do Divino. Outra peça encenada mais de cinco vezes a partir do século XX foi o auto de Natal “As Pastorinhas”, aparecendo pela primeira vez em 1923, na Festa do Divino do Imperador Joaquim Propício de Pina, posteriormente em 1925, na Festa do Imperador Horácio Alfredo de Sá, em 1931 na Festa de Homero Gomes da Silva, sendo realizada mais três vezes até 1944, e recentemente encenada anualmente.

Apesar das Cavalhadas e o Culto do Divino possuírem maior visibilidade perante o olhar de quem visita a cidade em momento festivo ou vê as reproduções midiáticas acerca da mesma, faz-se *mister* salientar que, soma-se ainda ao enredo Festivo de Pirenópolis as Folias<sup>6</sup> do Divino, o Reinado e Juizado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos<sup>7</sup>, a Contra-dança ou Pau-de-fita<sup>8</sup>, Mascarados<sup>9</sup> dentre outros. Todas essas unidades e festas dentro da Festa faz com que, a celebração de Pirenópolis seja uma manifestação cultural única, assim como integra a população local em torno desse acontecimento, constituindo-se, assim, em parte da identidade cultural local.

---

<sup>6</sup> As folias do Divino talvez sejam tão antiga quanto a própria realização da festa. Embora o objetivo formado por esses grupos precatórios seja a coleta de esmolas, a cerimônia não se reúne só a isso para os foliões; ela representa tanto a oportunidade de prestar homenagem ao Espírito Santo como o de festejar o encontro com de amigos. Algumas danças compõem o ritual, como a catira, muito difundida por todo interior de Goiás, e o xá. Outras danças também incorporam-se a essas folias, como p forró (2001 p. 34).

<sup>7</sup> O Reinado de Nossa Senhora do Rosário e o Juizado de São Benedito originalmente não pertencia ao cronograma oficial da Festa do Espírito Santo. O mesmo era visto por muitos como uma festa paralela às celebrações da Festa do Divino, pois acontecia no dia posterior do domingo e Pentecostes. Para maiores esclarecimentos acerca dessa festa que se faz dentro da Festa, ler Lôbo (2006).

<sup>8</sup> Pau-de-Fita costuma se apresentar em dois movimentos da Festa do Divino. No Domingo de Pentecostes pela manhã, casais de crianças vestidas de branco, com fitas vermelha na cintura e chapéu de palha, dançam no largo da Matriz (IPHAN, 2010, p. 109).

<sup>9</sup> No sábado do Divino, os primeiros grupos saem pelas ruas, e vão aumentando progressivamente até o último dia de Cavalhadas. Os mascarados podem estar a pé ou a cavalo, sozinhos ou em grupos, mas todos devem estar camuflados a ponto de disfarçar a própria voz para não serem identificados. As fantasias desses personagens não segue nenhum padrão, cada um se veste como quer e como pode (SILVA, 2001, p. 48).

#### **4 Divino Patrimônio: A Festa nos registros do Iphan**

As políticas públicas de preservação do patrimônio nacional surgem em princípio a partir quarta Constituição da República Federativa do Brasil no Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o qual visava o tombamento de monumentos históricos, protegendo os bens culturais de um determinado local. Não obstante, o citado Decreto Lei versava, exclusivamente acerca dos bens tangíveis, o que eliminava categoricamente enquanto patrimônio todas as formas culturais intangíveis, tais como as celebrações, os saberes e as territorialidades alheias à determinado espaço.

Entretanto, somente a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que houve significativa mudança acerca do que era considerado patrimônio cultural, estabelecendo no Artigo 216, Seção II – que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem (EC nº 42/2003)

I – Formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, objetos documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Não obstante, o devido reconhecimento dos bens imateriais culturais brasileiros saiu do papel apenas quando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. É um programa de fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de

desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

Desta forma, inicia-se o processo de registro da Festa do Divino enquanto Patrimônio Imaterial Cultural, título recebido em solenidade durante a Festa de 2010. Para que o registro fosse possível, foi reunida uma equipe de profissionais credenciados pelo Iphan, juntamente com a parceria de alguns moradores da cidade. Assim, seguindo as recomendações do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (2000), inicia-se em janeiro de 2008 a primeira etapa que constituiu em fazer o levantamento de todas as referências bibliográficas e documentais acerca da Festa do Divino.

Após a busca pelas referências, verificou-se um montante de 60 obras culturais associadas direta e indiretamente com a Festa do Divino, sua personagens e folguedos, as quais foram utilizadas para munir o registro com toda a historiografia da celebração, remontando sua ancestralidade e o seu processo de (re)significação. Feito isto, a equipe do registro mapeou os espaços geográficos que a Festa envolve, verificando que a Mesma engloba tanto o meio urbano quanto o rural.

Devido ao seu amplo recorte espacial e temporal, foi necessário que a equipe se dividisse para, então, registrar todas as expressões culturais existentes na Festa, sendo que, algumas delas, aconteciam de forma simultânea e em espaços distintos. Com isso, o trabalho de campo teve uma duração de 64 dias, aos quais foram atribuídos como cronograma festivo pelo dossiê do Iphan (2010).

Durante o processo do trabalho de campo, foi produzido um material midiático com um montante de 30 mil fotografias, das quais 1500 foram selecionadas para compor o material oficial do registro. Foi produzido também, um total de 130 horas de material bruto de vídeo. Material este que resultou em duas produções audiovisuais no formato de Documentário Didático acerca das Festividades de Pirenópolis, sendo que uma das produções tinha a duração de 01h50min e a outra de 25min; material estes que são exibidas no Museu do Divino, local que funciona também, a Secretaria Municipal de Cultura da cidade. Após o encerramento do dossiê de salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, foi proposto

que a mesma passasse por um processo de avaliação com a periodicidade de 10 anos, para averiguar se a Festa continuar-se-ia com a mesma representatividade para a população local. Esta avaliação será realizada pelo Iphan em 2020.

Ao que diz respeito do material audiovisual produzido pelo Iphan, nota-se que o mesmo é o que mais se aproxima da realidade festiva de Pirenópolis, abordando de forma sistemática e pedagógica acerca de todas as espacialidades, temporalidades e personagens da Festa, pois a mesma produção contou com o apoio de profissionais de diversas áreas, tais como: antropólogo, arquiteto, historiador, cientista social e tecnólogos em gestão de turismo. O sucesso da produção estende-se, ainda devido a participação de membros da comunidade que, indicavam com maior precisão as unidades que compõem o todo da Festa do Divino.

Todavia, acerca do cronograma festivo, há que se considerar que limitá-lo por apenas 64 dias de Festa seria, erroneamente, restringir as celebrações do Divino à apenas o seu auge festivo. Faz-se *mister* salientar que, dever-se-ia ser contabilizado no cronograma festivo todo o processo do *fazer* que torna-se, concomitantemente, em Festa. Deste modo, elencar-se-á os pontos positivos e as mazelas da produção audiovisual do Iphan.

O modelo sociológico utilizado para gravar o documentário do Iphan utiliza-se de dispositivos sonoros familiares, quase sempre usando a sonoridade da própria Festa. Atenta-se aqui para a voz *off* (BERNARDET, 2003) do narrador que, mescla-se com a voz das personagens que narram os acontecimento naturalmente. Para a abertura do documentário que sob os símbolos, necessariamente nessa ordem, mostra um Mascarado, a Coroa e a Bandeira do Divino, uma criança segurando a Verônica<sup>10</sup>, o Cavalhódromo e

---

<sup>10</sup> Chamado de Verônica, Verônca ou Veronquinha, este doce feito à base de açúcar é distribuído para as crianças vestidas de branco que acompanham o cortejo do Imperador após a Missa do Divino; cortejo este que segue o Imperador até a sua residência, onde os doces são distribuídos. Tal doce passou a ser distribuído, também, por ocasião das Cavalhadinhas Mirins e nas festividades em Louvor a Sant'Ana, no povoado da Capela do Rio do Peixe, localizada a 37km da cidade de Pirenópolis. Na Cidade de Goiás, apesar de ser feita de forma similar, o doce recebe o nome de Alfenim. De origem árabe, a prática de usar o açúcar extraído da cana foi largamente difundida em território luso e espanhol, que herdaram o costume de manusear a sacarose, tornando-a em doces diversos, como por exemplo, a Verônica (GERALDES, 2015). No Brasil, é possível encontrar tal doçura a partir nos estados de Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo (RODRIGUES, 1982).

um Cavaleiro Cristão e um Mouro. Apesar de a ordem parecer estar aleatória, faz-se o link entre a personagem que abre o documentário – o Mascarado, pois esta é, de fato a imagem mais difundida acerca da Festa do Divino de Pirenópolis.

Acerca da linearidade dos folguedos relatados, pois, a Festa relatada oficialmente é a de 2008. Entretanto, na própria abertura mostra elementos do cartaz da Festa do Divino de 2009. Essa dada peculiaridade acontece quando o documentário retrata acerca das Folias, utilizando imagens da Folia de 2006. Na ocasião, o Imperador era o 2º Sargento da Polícia Militar, Luiz Pereira da Silva, e as cerimônias que versava sobre a saída da folia acontecia no antigo Salão Paroquial da cidade (já demolido), pois a Igreja Matriz estava em processo de reconstrução depois do incêndio que a destruíra.

Fato interessante que averigua-se com o documentário é o fato de perceber-se as peculiaridades sobre as três folias do Divino existentes em Pirenópolis. Contrastando com outro documentário, este gravado na Festa de 1994 e exibido em formato de reportagem pelo programa Globo Rural, nota-se que houve um processo de uniformização da tradicional folia rural do “Roque”, algo que não era recorrente em 1994. No documentário do Iphan cita-se a folia do Padre, esta criada na década de 2000. Acerca da folia da Rua, Manuel Moreira da Silva exara que “a folia da roça é uma romaria; a da rua é procissão” (IPHAN, 2008).

Outro mecanismo utilizado durante o processo de filmagem foi o de entrevistar e exibir pessoas chaves, estas que são familiares à aqueles que vem a assistir o documentário. Assim, o ato de reconhecer algum parente ou um amigo que aparece na tela torna a produção midiática mais receptível pelo público. Algo que é perceptível tanto no documentário do Iphan, quanto da reportagem do Globo Rural é o ritual de receber o *Sagrado* transignificado a partir dos símbolos – a Coroa e a Bandeira do Divino, que é utilizada para sacralizar a casa. Em contrapartida, as pessoas que *recebem* o Divino contribuem com doações.

Acerca dessa devoção para com o Espírito Santo, evidencia-se a partir dos quatro minutos e quarenta segundos, quando mostra Adail Luiz Cardoso,

---

atual Rei Cristão dos Cavaleiros que discursa acerca do sentimento perante à Coroa do Divino; a cena seguinte é de uma mulher, Maria Divina Amorim que também recebe a Coroa do Divino com muito fervor. Igual devoção para como Divino também é visto na cena da chegada da Folia, quando o Alferes, que carrega a bandeira do Divino perpassa pela a multidão que tenta, com muito esforço, beijar a bandeira.

### **Considerações Finais**

O que se percebe com o documentário do Iphan é que, o mesmo se empenha em mostrar a Festa num formato pedagógico e que contenha, em alguns aspectos, o formato mais próximo da realidade festiva. Quando se recorre à Bernardet (2003), o mesmo afirma que um dado grupo deveria ser o responsável por produzir seus próprios registros midiáticos. Ao que tange sobre a produção do Iphan, ela se aproxima daquilo que a Festa seria devido o fato de a composição da equipe que preparara o documentário ter sido composta por profissionais pirenopolinos. Logo, tal documentário seria o melhor material para analisar de forma comparativa como tais festejos se manifestam na atualidade.

### **Referências Bibliográficas**

**BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 8ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.**

**BARBOSA, Marise Glória. *Um as mulheres que dão no couro, As caixeiras do Divino no Maranhão*. São Paulo, 2002. Dissertação de Mestrado em História.**

**BATISTA, O. *Visões de Pirenópolis: o lugar e os moradores face ao turismo*. Goiânia: UFG, 2002. (Dissertação de Mestrado em Geografia).**

BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e Imagens do Povo*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BORGES, Maria do Carmo Faustino. *O Maravilhoso em A Canção de Rolando*. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011 (Dissertação de Mestrado em Letras).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cavalcadas de Pirenópolis – um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1974. 208p.

\_\_\_\_\_. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclóre Brasileiro, 1978.

BRANDÃO, Theo. *As Cavalcadas de Alagoas*. In: Revista do Folclore Brasileiro, ano II, n.3, maio/agosto, 1962.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. *Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937: do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm) > Acessado em: 12 de outubro de 2015 às 15h38min.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. *Decreto Lei nº 8394 de 30 de dezembro de 1991: regulamentação do artigo nº 216 sobre a natureza do patrimônio cultural brasileiro*. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/450166cd81240c5103256562006fb6ac?OpenDocument>>. Acessado em 12 de outubro de 2015 às 15h48min.

\_\_\_\_\_. *Decreto Leio nº 3.551 de 4 de agosto de 2000: sobre patrimônios imateriais culturais*. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm) >. Acessado em: 12 de outubro de 2015 às 15h52min.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500 – 1800*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FALEIRO, F. F.; LOPES, L. M. *Aspectos da mineração e impacto da exploração de quartzito em Pirenópolis-GO*. In Ateliê Geográfico. V 4, N 3, 2010. Disponível em:  
<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/16655/10101>>.  
Acessado em: 12 de outubro de 2015, às 21h21min.

GERALDES, Amanda Alexandre Ferreira. *A memória dos objetos: verônicas, máscaras e flores da Festa do Divino de Pirenópolis/Goiás*. São Paulo: PUC, 2015. (Dissertação de Mestrado em História Social).

GOMES, Horiestes; TEIXEIRA NETO, A. *Geografia Goiás – Tocantins*. Goiânia: UFG, 1993.

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS - INRC, Manual de Aplicação, MinC/IPHAN, 2000.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – Goiás, 2008*. Documentário em DVD com duração de 26min.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê da Festa do Divino Espírito Santo, Pirenópolis – GO*. Brasília: 2010.

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Goiânia, UFG, 1971, vol. I e II.



LÔBO, Tereza Caroline. *A Singularidade de um Lugar Festivo: O Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis – Goiás*. Goiânia: UFG, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

PEREIRA, Niomar de Souza. *Cavalhadas no Brasil: de cortejo a cavalo a lutas de mouros e cristão*. São Paulo: Escola de Folclore, 1983.

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. “*Alfenim*.” *Revista Goiana de Artes*. Vol.3, n.1, jan/jun, 1982.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens à Província de Minas Gerais, São Paulo e Goiás*. São Paulo: Itatiaia, 1975.

SANTOS, Georgiana Silva dos. *A rainha santa e a corte dos miseráveis: caridade e poder na baixa Idade Média Portuguesa*. *História Revista*: Goiânia, v. 5 n. 1/2 jan./dez, 2000. p. 89 a 109.

SCHIPANSKI, Carlos Eduardo. *Cavalhadas de Guarapuava: História e Morfologia de uma Festa Campeira*. (1889 – 1999). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. (Tese de Doutorado em História).